



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI CM Nº 28, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.

Denomina-se de "OLIVINA CANDIDA DE OLIVEIRA", a Praça circundada pelos Logradouros: Rua Francisca Assis Fratari, Avenida Luá, Rua Sebastião Soares e a Rua Franklin Piaui, Bairro Sumaré, neste município de Iturama, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Dá denominação de "OLIVINA CANDIDA DE OLIVEIRA", a Praça circundada pelos logradouros: Rua Francisca Assis Fratari, Avenida Luá, Rua Sebastião Soares e a Rua Franklin Piaui, Bairro Sumaré, neste município de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Departamento competente providenciará a colocação de placas indicativas, bem como fará a devida comunicação aos interessados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama/MG, 19 de Setembro de 2019.

Vereador Dr. Sebastião Tiago de Queiroz

À Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para oferecer parecer.

Sala das Sessões, 07 / 10 / 2019

Presidente da Câmara

A Sanção

Sala das Sessões em 07 / 10 / 2019

O Presidente

Aprovado em 07 / 10 / 19 discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões em 07 / 10 / 19

O Presidente

ORDEM DOS DIAS DAS REUNIÕES

VISTO DO PRESIDENTE

16 e 20 de 07 / 10 / 19

EM

OLIVINA CÂNDIDA DE OLIVEIRA



Nascida aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro (10) do ano de 1925, natural de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, casou-se com Damião Alves Leal, com quem teve sete filhos, sendo apenas quatro vivos, onde morou e criou todos eles em Iturama, Estado de Minas Gerais. Sempre consciente de seu papel de cidadã, serviu de forma direta ajudando pessoas carentes, e contribuindo ao Abrigo São Vicente de Paula. Contudo, a sua jornada nessa vida material se encerrou em 17 de Janeiro de 2015, se despediu de sua família e foi morar com o Pai Celestial, vítima da doença de pneumonia e insuficiência renal. Hoje fica a saudade, que é a forma mais linda de sua família demonstrar o quanto importante ela foi em suas vidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI CM Nº 28/2019

ASSUNTO: Denomina-se de “**OLIVINA CANDIDA DE OLIVEIRA**”, a Praça circundada pelos Logradouros: Rua Francisca Assis Fratari, Avenida Luá, Rua Sebastião Soares e a Rua Franklin Piaui, Bairro Sumaré, neste município de Iturama, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

De autoria do Vereador Dr. Sebastião Tiago de Queiroz, em análise por esta Procuradoria Geral, pretende dar denominação de “**OLIVINA CANDIDA DE OLIVEIRA**”, a **Praça circundada pelos Logradouros: Rua Francisca Assis Fratari, Avenida Luá, Rua Sebastião Soares e a Rua Franklin Piaui, Bairro Sumaré**, neste município de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Compete aos Senhores Edis desta Casa de Leis, constatar a importância, ou não, da proposição.

Observo não haver vício na iniciativa.

Ainda, o artigo 257 da Lei Orgânica Municipal disciplina a possibilidade de dar nome de pessoas a bens e serviços públicos, transcrevo:

“Art. 257. O município somente poderá dar nomes de pessoas falecidas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único. Para fim deste artigo, somente poderão ser homenageadas pessoas, já falecidas, que prestaram relevantes serviços ao Município, ao Estado ou ao País e à Humanidade, devendo, obrigatoriamente, ser anexado ao Projeto de Lei o Curriculum Vitae do homenageado.”

Com relação à espécie legislativa, percebo que a matéria objeto do Projeto de Lei em exame NÃO está entre aquelas em que a Lei Orgânica reservou expressamente à Lei Complementar, sendo, portanto, correta a apresentação desta matéria através de proposição de Lei Ordinária.

A Lei Federal nº 6.454/77 veda dar nomes de pessoas vivas aos bens públicos pertencentes à União, vejamos:

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. (Redação dada pela Lei nº 12.781, de 2013)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

Está anexo ao Projeto de Lei currículo do homenageado, subscrito pelo vereador, e, pelo que consta, trata-se de pessoa falecida e consta que realizou serviços relevantes e à Humanidade, em especial, ajudando pessoas carentes e o Abrigo São Vicente de Paula.

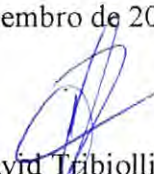
O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação.

Ressalta-se, por fim, que o quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, da Lei Orgânica Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 20 de setembro de 2019.



David Tribioli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI CM Nº 28/2019 - PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: DENOMINA-SE DE “OLIVINA CANDIDA DE OLIVEIRA”, A PRAÇA CIRCUNDADA PELOS LOGRADOUROS: RUA FRANCISCA ASSIS FRATARI, AVENIDA LUÁ, RUA SEBASTIÃO SOARES E A RUA FRANKLIN PIAUI, BAIRRO SUMARÉ, NESTE MUNICÍPIO DE ITURAMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR DR. SEBASTIÃO TIAGO DE QUEIROZ

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei CM Nº 28/2019, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser FAVORÁVEL como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade.

Adebaldo Borges de Freitas
Presidente

José Ivaldo Barbosa
Vice-Presidente

Dr. Sebastião Tiago de Queiroz
Relator

Aprovado em 1ª discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões em 07/10/19
O Presidente